

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.549.420 - SP (2019/0222733-1)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
AGRAVANTE : **BRENDA DA SILVA ROCHA**
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PAULA HUNGRIA AAGAARD - DEFENSORA PÚBLICA -
SP235100
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO TENTADO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. *RES FURTIVAE*: PEÇAS DE VESTUÁRIO AVALIADAS EM R\$ 649,95. VALOR NÃO SE REVELA ÍNFIMO. REFERENCIAL ACIMA DE 10% DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS. PRECEDENTES DE AMBAS AS TURMAS.

Agravo conhecido para negar provimento ao recurso especial.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **Brenda da Silva Rocha** contra a decisão que não admitiu o seu recurso especial, com fundamento na alínea *c* do permissivo constitucional, apresentado contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo na Apelação Criminal n. 0066324-26.2017.8.26.0050 (fl. 170):

Apelação Furto qualificado tentado (art. 155, § 4º, II, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal) Ré absolvida sumariamente Princípio da insignificância Recurso ministerial Procedência Pequeno valor da *res*, sequer verificado no caso, que não tem o condão de eximir de responsabilidade a autora do ilícito Necessária verificação da viabilidade de aplicação do art. 155, § 2º, do Código Penal Intuito de impedir a reiteração delitiva c a ação de agentes que vivem de pequenos delitos Necessário o prosseguimento do feito, com regular instrução c julgamento Sentença anulada - Recurso provido.

Alega a agravante, no especial, divergência jurisprudencial com julgado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (AC n. 70.056.133.085AC/M), na aplicação do art. 397, III, do Código de Processo Penal.

Aduz que, *enquanto para a Décima Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo o ordenamento jurídico pátrio não autoriza a aplicação do princípio da insignificância, para a Sexta Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul a ausência de amparo legal não impede a incidência do*

princípio (fl. 187).

A Subprocuradoria-Geral da República opinou pelo conhecimento do agravo para não conhecer do recurso especial, em parecer assim resumido.

É o relatório.

O presente agravo deve ser conhecido, já que reúne os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, sobretudo por infirmar especificamente os fundamentos adotados.

Passo ao exame do recurso especial.

O recurso não merece acolhimento.

Com efeito, a despeito de os bens furtados: duas bermudas, uma calça de moletom e uma camiseta, é forçoso anotar que a incidência do princípio da insignificância se afigura inviável no caso em tela.

Ao que se observa, o Tribunal de Justiça bandeirante afastou a incidência do referido princípio, afirmando que, *conforme se depreende do laudo de avaliação, o valor correto das peças subtraídas totaliza R\$ 649,00, valor este equivalente a aproximadamente 70% do salário mínimo vigente à época, não caracterizando portanto, em quantia insignificante* (fl. 172).

Tal compreensão vai ao encontro da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça no sentido da inaplicabilidade do princípio da insignificância quando o valor do bem furtado não puder ser considerado inexpressivo, ou seja, superar 10% do valor do salário mínimo vigente à época dos fatos.

A propósito, colaciono recentes precedentes de ambas as Turmas que compõem a Terceira Seção:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FURTO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. VALOR DA RES FURTIVA SUPERIOR A 10% (DEZ POR CENTO) DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS. AUSÊNCIA DA MÍNIMA OFENSIVIDADE DA CONDUTA.

Não há dúvida de que a conduta em referência mostra-se incompatível com o princípio da insignificância, ante a expressividade do valor dos bens subtraídos - muito superior a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente à época dos fatos - não havendo que se falar em mínima ofensividade.

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp n. 1.744.802/MS, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 10/8/2018 – grifo nosso).

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO INCIDÊNCIA.

1. O Supremo Tribunal Federal consagrou o entendimento de que, para a aplicação do princípio da insignificância, devem estar presentes, cumulativamente, as seguintes condições objetivas: a) mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) reduzido grau de reprovabilidade do comportamento do agente; e d) inexpressividade da lesão jurídica provocada.

2. Não há como se aplicar o referido princípio, uma vez que, independente do valor da res furtiva, o agravante possui "condenação transitada em julgado, por fato anterior ao discutido nesse autos", circunstância que frustra o preenchimento dos retromencionados requisitos, notadamente o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento do agente e, conseqüentemente, a mínima ofensividade de sua conduta.

3. Ademais, **os bens subtraídos foram avaliados em R\$ 129,32 (cento e vinte e nove reais e trinta e dois centavos), valor que não pode ser considerado insignificante, tendo em vista representar mais de 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente à época do fato (R\$ 724,00 - setecentos e vinte e quatro reais - Decreto n. 8.166/2013).**

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp n. 1.275.793/MG, Ministro Antônio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 19/6/2018 – grifo nosso).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, II, *b*, do RISTJ, **conheço** do agravo para **negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator